

HOMENAGEM A JOSÉ SARAMAGO

A. Gomes da Costa

Numa de suas crônicas de 1973 para o *Diário de Lisboa*, a propósito do centenário do nascimento de Egas Moniz, que recebera, alguns anos antes, o Prêmio Nobel de Medicina, José Saramago escrevia, que “somos um país comemorativo em alto grau. Está-nos na massa do sangue o vício da efeméride, corremos ansiosamente ao consolo lisonjeador da sessão solene, aperfeiçoamos todos os dias a técnica do descerramento de lápides” e somos até capazes, lembrava ele, de ornar a rua de vasos de begônias e de colocar colchas nas sacadas das casas só porque à mesma rua mudamos o nome.

É bem verdade que na crítica às hipertrofias comemorativas, José Saramago reconhecia que todas as homenagens ao Professor Egas Moniz eram merecidas e justificadas — e até se as não houvesse e a efeméride passasse em branco, condenação mereceriam os poderes públicos — mas a sua estranheza era porque o regime e o governo, com larga antecedência, estavam a cuidar do programa das comemorações, quando o cientista em vida, não merecera, nem desse regime, nem desse governo, o respeito às suas convicções democráticas e a tolerância ao seu gosto pela liberdade.

Poderíamos dizer, para dar logo razão a José Saramago, que também os portugueses do Brasil têm um certo fascínio pela liturgia da comemoração. E fazem-na, não tanto para proclamar feitos e méritos próprios, que não lhes ficaria bem fazê-lo em terra alheia, mas comemoram, principalmente, para lembrar os destaques da História e para enaltecer aqueles portugueses ilustres e sábios, pioneiros e empreendedores, que, por suas obras, como dizia Camões, das leis da morte se vão libertando.

Há muito de fervor patriótico — e este, quando deixamos para trás a Pátria onde nascemos, torna-se brasa viva — e há muito de resgate da auto-estima em todo o processo. Quando em 1922 — ano em que nasceu Saramago — recebemos em alvoroço o Presidente António José de Almeida, nas festas do centenário da independência do Brasil, ou quando, de norte a sul deste país, tributamos hon-

ras e admiração a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pela travessia aérea que fizeram sobre o Atlântico; ou quando comemoramos, com santa religiosidade o “Dia de Portugal”, ou recebemos, festeiros e agradecidos, as figuras maiores d’além-mar, no domínio das Letras, das Artes, da Universidade, de política, do pensamento etc., decerto que há em tudo isto palpitações e evangelhos de portugalidade, mas há também muito do orgulho pelo patrimônio e pelas pessoas, que queremos partilhar com os irmãos brasileiros.

Em cada comemoração — e mesmo porque também não as fazemos com objetivos políticos ou para alisar vaidades passageiras — temos esse sentido de honrar e dividir: honrar Portugal sempre, na raiz e no imaginário; dividir com o Brasil, fraternalmente, o melhor do que é Portugal.

Mas independentemente desse traço comemorativo da nossa maneira de ser, a que José Saramago se referiu com propriedade em sua crônica, e que nem sempre merece castigo e penitência, conforme seus juízos de valor, existe uma outra dimensão que perpassa por sua obra literária e que está também muito presente no percurso e na alma dos portugueses do Brasil: é a dimensão da solidariedade.

Quando, em 14 de maio de 1837, foi criado este Gabinete por um pequeno número de emigrantes, de formação liberal, o que é que está na base do projeto? Dar instrução e mais conhecimento, através da leitura, aos portugueses que vinham com poucas letras e pouco preparo realizar aqui seus projetos de vida. Não era aos doutores e aos barões do café que se emprestavam livros — era aos jovens engajados nas aldeias trasmontanas ou minhotas, que puxavam o carrinho de mão nas feiras da Tijuca ou que carregavam sacos de açúcar no cais do porto. Fundar “gabinetes de leitura” era um ato de solidariedade, até porque, ao contrário das “boutiques a lire”, que surgiram em Paris com a revolução de 89, os “gabinetes” não recebiam qualquer paga ou remuneração pelo empréstimo.

Quando logo depois se criam os dispensários e hospitais das Beneficências, as caixas de socorros mútuos, as obras de assistência aos desamparados, as Casas de Portugal, o que é que está presente, como força motriz desses investimentos da “colônia”? Não são os comerciantes da praça, os senhores de pendão e bandeira, que vão usufruir das enfermarias e dos asilos, que vão buscar remédios de graça e auxílios para a sobrevivência. São os emigrantes sem sorte e sem saúde, arruinados pelas febres e enfraquecidos pelas hemoptises, as viúvas sem amparo, os orfãos sem arrimo, os velhos excluídos e pobres do morro e do subúrbio. E isto é solidariedade, praticada numa altura em que o Estado era omissos e quedo no social, quando não existiam sistemas de saúde, nem de previdência — e só a Igreja se empenhava em socorrer os necessitados nas Misericórdias e nas Ordens Terceiras.

Quando se criam os Liceus e se abrem escolas para ensinar a ler os que vinham na escuridão do analfabetismo, quando se ministram cursos profissionais, quando se cuida de crianças da rua — que é isto senão solidariedade?

Nem sempre foi conhecida e reconhecida esta obra associativa, a todos os títulos admirável, que de Manaus ao Rio Grande está, em grande parte, imantada por essas epístolas de solidariedade que na temática e nos personagens de José Saramago são uma constante e uma preocupação, desde o João Mau-Tempo do *Levantado do chão*.

A literatura do século XIX encheu-se de tipos “brasileiros”, dos “torna-viagem”, queimados pelo sol dos trópicos, com os anéis de ouro nos dedos e os joanetes crescidos, a descer o Rossio ou a chegar às quintas do Minho, com cheiro de riqueza e ares de luxúria. Mas a literatura esqueceu-se deste outro lado dos portugueses do Brasil — não lhes sublinhou a solidariedade, ainda que os tivessem retratado a corpo inteiro, quase sempre mordaz e satiricamente.

Pois bem, recebemos hoje no Real Gabinete Português de Leitura uma pléiade ilustre de romancistas, poetas, ensaístas, historiadores e jornalistas portugueses.

Nesta oportunidade iremos entregar a distinção maior desta Casa — o Laurel de Gratidão — ao escritor José Saramago.

No ciclo de homenagens que recebeu, sobretudo depois que lhe foi conferido o Prêmio Nobel de Literatura, talvez esta seja a mais modesta, mas nem por isso, a menos legítima. Há muitos anos, em edições que já estão poídas pelo tempo, os seus livros estão disponíveis aos nossos leitores. Há muitos anos, no nosso “centro de estudos” as Cleonices, as Teresas, as Gildas, as Beatrizes — e só citamos as mulheres, com seus alunos universitários, analisam os textos de seus romances e os seus desabafos contra as injustiças. Há muitos anos, com um de seus amigos do Brasil, recentemente falecido, nosso companheiro de lides e de polémicas, discutimos os vãos de sua ideologia e a coerência de seu marxismo.

Por isso, é natural que nos associemos às homenagens que vêm sendo tributadas a José Saramago e não podemos deixar de lhe agradecer o que fez, com sua obra e a sedução de sua palavra, para o prestígio da Língua e da Literatura portuguesas.

Agradecemos-lhe o ter vindo a esta Casa para receber a homenagem de homens que “abraçam troncos” tão parecidos com seu avô de Azinhaga — “o menos que se pode dizer dos portugueses que emigraram é que não se sentiam bem na sua terra” — e de mulheres tão iguais a sua avó Josefa — “que são traves da casa, lume da lareira, mas que acham o mundo lindo.”

Agradecemos de igual modo aos ilustres escritores e intelectuais presentes, cujas obras enriquecem o acervo do Real Gabinete e de quem recebemos tantas demonstrações de carinho e de amizade.

Finalmente, o nosso reconhecimento a todos os que colaboram para que o Real Gabinete Português de Leitura seja um foco permanente e vivo da cultura portuguesa no Brasil.